

**DOMINGO DE TARDE**

## **INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE – IFC**

### **AUDITOR**

#### **INSTRUÇÕES**

Leia atentamente e cumpra rigorosamente as instruções que seguem, pois elas são parte integrante das provas e das normas que regem esse certame.

1. Atente-se aos avisos contidos no quadro da sala.
2. Seus pertences deverão estar armazenados dentro de embalagem específica fornecida pelo fiscal, permanecendo em sua posse somente caneta esferográfica de ponta grossa, de material transparente, com tinta preferencialmente preta, lanche e água, se houver. A utilização de qualquer material não permitido em edital é expressamente proibida, acarretando a sua imediata eliminação do certame.
3. Certifique-se de que este caderno:
  - contém 60 (sessenta) questões;
  - refere-se ao cargo para o qual realizou a inscrição.
4. Cada questão oferece 5 (cinco) alternativas de respostas, representadas pelas letras A, B, C, D e E, sendo apenas 1 (uma) a resposta correta.
5. Será respeitado o tempo para realização da prova conforme previsto em edital, incluindo o preenchimento da grade de respostas.
6. Os três últimos candidatos deverão retirar-se da sala de prova ao mesmo tempo, devendo assinar a Ata de Prova.
7. A responsabilidade referente à interpretação dos conteúdos das questões é exclusiva do candidato.
8. No caderno de prova, você poderá rabiscar, riscar e calcular.
9. Os gabaritos preliminares da prova objetiva serão divulgados na data descrita no Cronograma de Execução desse certame.



V1\_14/04/2023 16:55:37



**Instrução: As questões de números 01 a 10 referem-se ao texto abaixo. Os destaques ao longo do texto estão citados nas questões.**

### Viciada em se apaixonar?

Por Julia Minhoto

01 A química cerebral está amplamente conectada com as nossas emoções e o vício por  
02 sentir também é comum na maioria das pessoas: dentre os hormônios liberados pelo nosso  
03 cérebro quando nos apaixonamos, a adrenalina, responsável pelo frio na barriga e a excitação,  
04 pode gerar aquela necessidade de sempre ter alguém para ficar minimamente ob...ecada. Se  
05 você não conhece alguém assim, talvez você seja essa pessoa.

06 Mas você sabia que existem diversos malefícios nesse tipo de comportamento? A  
07 psicóloga clínica com formação em Terapias Cognitivas, neuropsicóloga e especialista em  
08 relacionamentos, Ana Paula Torres, ajuda-nos a desvendar a mente de quem é viciada em se  
09 apaixonar.

10 De acordo com a especialista, uma pessoa que vive \_\_\_ circunstâncias geralmente coloca  
11 o outro como protagonista em sua vida, \_\_\_ é através de uma segunda pessoa que ela se  
12 proporciona o prazer que está buscando. "O foco da vida dessa pessoa não está sobre ela,  
13 podendo transformá-la até mesmo em alguém obsessivo", explica. "A parte individual dessa  
14 pessoa enquanto indivíduo acaba negligenciada, sempre em segundo plano", acrescenta.

15 Viver um tempo em plena solidão é necessário para o autoconhecimento. Mesmo dentro  
16 de relacionamentos, é importante prezar pela individualidade e experiências pessoais.  
17 Entretanto, alguém não saber estar sozinho se relaciona, muitas vezes, ao vício pela paixão que  
18 pode ser explicado de maneira neurológica, envolvendo a química cerebral.

19 "A necessidade de se apaixonar se dá pela adrenalina, e esse sentimento provoca essas  
20 reações. Isso faz com que essa pessoa se sinta mais viva, disposta e animada", conta.

21 Entretanto, essa sensação tem curta duração. Sendo assim, uma vez que a paixão acaba,  
22 a pessoa que está viciada nesse sentimento tende a tomar atitudes que farão que ela se sinta  
23 assim novamente. "Mesmo que ela rompa um relacionamento, ela terá a necessidade de se sentir  
24 apaixonada novamente, então ela buscará novas relações que podem fazê-la sentir o êxtase do  
25 estado inicial de um relacionamento", explica Ana Paula.

26 Primordialmente, a neuropsicóloga ressalta que essa não é a condição final da paciente,  
27 mas sim a consequência de algumas circunstâncias \_\_\_ essa pessoa vivenciou que refletiram no  
28 modo dela de se relacionar com os outros. Ou seja, assim como todo vício, esse comportamento  
29 pode ser proveniente da infância, da criação ou de reproduções de suas relações anteriores.

(Disponível em: [claudia.abril.com.br/amor-e-sexo/viciada-em-relacionamentos-isso-pode-interferir-negativamente-na-sua-vida/](http://claudia.abril.com.br/amor-e-sexo/viciada-em-relacionamentos-isso-pode-interferir-negativamente-na-sua-vida/) – texto adaptado especialmente para esta prova).

**QUESTÃO 01** – Considerando o exposto pelo texto, analise as assertivas a seguir:

- I. A adrenalina pode levar a pessoa ao vício de estar sempre apaixonada.
- II. A necessidade de estar constantemente apaixonada é vivenciada a partir de relacionamentos duradouros e longos.
- III. Mesmo dentro de relacionamentos, também é necessário ter seu próprio espaço.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I.
- B) Apenas II.
- C) Apenas I e II.
- D) Apenas I e III.
- E) Apenas II e III.

**QUESTÃO 02** – Considerando o emprego do acento indicativo de crase, analise as assertivas a respeito do trecho a seguir:

“A química cerebral está amplamente conectada com as nossas emoções”.

- I. Caso substituíssemos a preposição “com” por “a”, o emprego do acento indicativo de crase seria facultativo.
- II. Caso suprimíssemos somente o pronome possessivo “nossas”, o emprego do acento indicativo de crase seria obrigatório.
- III. Caso suprimíssemos o pronome possessivo “nossas” e substituíssemos a preposição “com” por “a”, o emprego do acento indicativo de crase seria obrigatório.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I.
- B) Apenas II.
- C) Apenas I e II.
- D) Apenas I e III.
- E) Apenas II e III.

---

**QUESTÃO 03** – Analise as assertivas a seguir a respeito da palavra “ob...ecada” (l. 04):

- I. O espaço pontilhado é completado corretamente pelas letras “ss”.
- II. Trata-se de um adjetivo formado pelo particípio de um verbo.
- III. Um sinônimo possível para a palavra seria “possuída”.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I.
- B) Apenas II.
- C) Apenas I e II.
- D) Apenas I e III.
- E) Apenas II e III.

---

**QUESTÃO 04** – Assinale a alternativa que preenche, correta e respectivamente, as lacunas das linhas 10, 11 e 27:

- A) estas – por que – em que
- B) estas – porque – em que
- C) essas – porque – que
- D) essas – por que – em que
- E) essas – por que – que

---

**QUESTÃO 05** – Na linha 23, a locução conjuntiva “mesmo que” apresenta o sentido de \_\_\_\_\_ e poderia ser substituída por \_\_\_\_\_ sem prejuízo à correção ou ao sentido do texto.

Assinale a alternativa que preenche, correta e respectivamente, as lacunas do trecho acima.

- A) concessão – não obstante
- B) condição – não obstante
- C) concessão – contanto que
- D) causa – contanto que
- E) causa – porquanto

**QUESTÃO 06** – Assinale a alternativa na qual a palavra “se” tenha sido empregada como pronome reflexivo recíproco.

- A) “Se você não conhece alguém assim” (l. 04-05).
- B) “que ela se proporciona o prazer” (l. 11-12).
- C) “se relaciona, muitas vezes, ao vício pela paixão” (l. 17).
- D) “se dá pela adrenalina” (l. 19).
- E) “modo dela de se relacionar com os outros” (l. 28).

**QUESTÃO 07** – Considerando as relações que regem a formação do período composto, analise o período e as assertivas a seguir:

“Sendo assim, uma vez que a paixão acaba, a pessoa que está viciada nesse sentimento tende a tomar atitudes que farão com que ela se sinta assim novamente”.

- I. Há três orações adjetivas no período.
- II. Há orações desenvolvidas no período.
- III. Não há orações coordenadas no período.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I.
- B) Apenas II.
- C) Apenas I e II.
- D) Apenas I e III.
- E) Apenas II e III.

**QUESTÃO 08** – Assinale a alternativa que indica a correta função sintática da oração sublinhada no período a seguir:

“ela terá a necessidade de se sentir apaixonada novamente”.

- A) Objeto direto.
- B) Objeto indireto.
- C) Complemento nominal.
- D) Agente da passiva.
- E) Aposto.

**QUESTÃO 09** – Assinale a alternativa que indica o número correto de preposições presentes no trecho a seguir:

“A psicóloga clínica com formação em Terapias Cognitivas, neuropsicóloga e especialista em relacionamentos, Ana Paula Torres, ajuda-nos a desvendar a mente de quem é viciada em se apaixonar”.

- A) 3.
- B) 4.
- C) 5.
- D) 6.
- E) 7.

**QUESTÃO 10** – Assinale a alternativa que indica a correta transposição do trecho a seguir para a voz passiva no que tange ao emprego dos tempos verbais:

“Mesmo que ela rompa um relacionamento”.

- A) Mesmo que um relacionamento seja rompido.
- B) Mesmo que um relacionamento seria rompido.
- C) Mesmo que um relacionamento se romperia.
- D) Mesmo que um relacionamento se rompesse.
- E) Mesmo que um relacionamento fosse rompido.

**LEGISLAÇÃO**

**QUESTÃO 11** – A Constituição Federal de 1988, em seu Art. 37, Capítulo VII, estabelece os princípios e normas que regem a Administração Pública. De acordo com o conteúdo previsto no referido artigo, assinale a alternativa correta.

- A) É vedado ao servidor público civil o direito à livre associação sindical.
- B) A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes deve obedecer aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.
- C) Não há previsão do direito de greve para os servidores públicos.
- D) O pagamento do salário dos servidores públicos ocorre exclusivamente pelo pagamento de verbas de caráter indenizatório.
- E) O acesso a cargos, empregos e funções públicas depende apenas de análise de currículo para verificação de critérios de competência e capacidade técnica.

**QUESTÃO 12** – Analise as assertivas abaixo, assinalando V, se verdadeiras, ou F, se falsas, a partir do que estabelece a Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992).

- ( ) Os atos de improbidade violam a probidade na organização do Estado e no exercício de suas funções e a integridade do patrimônio público e social dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, bem como da administração direta e indireta, no âmbito da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.
- ( ) O sistema de responsabilização por atos de improbidade administrativa tutelar a probidade na organização do Estado e no exercício de suas funções, como forma de assegurar a integridade do patrimônio público e social.
- ( ) Para efeitos da Lei de Improbidade, consideram-se agente público o agente político, o servidor público e todo aquele que exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função.

A ordem correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é:

- A) V – V – V.
- B) V – F – V.
- C) V – F – F.
- D) F – V – F.
- E) F – F – F.

**QUESTÃO 13** – A Lei nº 12.527/2011 representou importante marco na facilitação do acesso das pessoas a informações de interesse público, impedindo a adoção de condicionalidades que inviabilizem a solicitação. Sobre o procedimento de acesso à informação regulamentado pela referida lei, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) O Poder Público, a fim de preservar a integridade da informação, poderá exigir cadastro do requerente, ainda que esse cadastro inviabilize a solicitação.
- B) O órgão ou entidade pública deverá autorizar ou conceder o acesso imediato à informação disponível.
- C) Para o acesso a informações de interesse público, a identificação do requerente não pode conter exigências que inviabilizem a solicitação.
- D) É direito do requerente obter o inteiro teor de decisão de negativa de acesso, por certidão ou cópia.
- E) O serviço de busca e de fornecimento de informação é gratuito.

**QUESTÃO 14** – De acordo com a Lei nº 9.394/1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, analise as assertivas abaixo e assinale a alternativa correta.

- I. A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.
  - II. O dever do Estado com a educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de educação básica obrigatória e gratuita dos 7 (sete) aos 21 (vinte um) anos de idade, apenas.
  - III. O ensino será ministrado com base no respeito à diversidade humana, linguística, cultural e identitária das pessoas surdas, surdo-cegas e com deficiência auditiva.
- A) Todas estão corretas.  
B) Todas estão incorretas.  
C) Apenas I está correta.  
D) Apenas II está correta.  
E) Apenas I e III estão corretas.

**QUESTÃO 15** – Miguel é brasileiro, nascido em São Paulo, onde se casou com Sebastiana. Atualmente, ambos residem na Alemanha em virtude do trabalho de Miguel, que é diplomata de carreira e exerce suas funções nesse país. O casal está à espera do seu segundo filho. De acordo com o que determina a Constituição Federal de 1988, qual será a nacionalidade do filho do casal caso ele nasça em território alemão enquanto Miguel está a serviço da República Federativa do Brasil?

- A) Apátrida.  
B) Brasileiro nato.  
C) Europeu.  
D) Brasileiro naturalizado.  
E) Refugiado.

**QUESTÃO 16** – Augusto é servidor público federal do Instituto Federal de Educação. Em janeiro de 2023, sofreu um acidente e, atualmente, possui algumas limitações que impedem o exercício do seu antigo cargo, mas não o impedem de trabalhar. De acordo com que estabelece a Lei nº 8.112/1990, o que deverá acontecer com Augusto?

- A) Férias.  
B) Transferência.  
C) Reversão.  
D) Demissão.  
E) Readaptação.

**QUESTÃO 17** – João Henrique, atualmente com 15 anos, deseja fazer a sua primeira viagem para fora do país. De acordo com o que estabelece o Estatuto da Criança e do Adolescente sobre autorização para viajar, assinale a alternativa correta.

- A) A autorização para viajar é exigida apenas para as crianças de até 10 anos.  
B) Se João Henrique estiver na companhia de algum parente, não é necessária autorização para viajar.  
C) A autorização para viajar para o exterior é dispensável se João Henrique estiver acompanhado de ambos os pais.  
D) João Henrique poderá sair do país sem a exigência de autorização, desde que esteja na companhia de um estrangeiro.  
E) A autorização para viajar para o exterior é exigida apenas até os 12 anos.

**QUESTÃO 18** – Segundo a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), Lei nº 13.709/2018, analise as assertivas abaixo e assinale a alternativa correta.

- I. Toda pessoa natural tem assegurada a titularidade de seus dados pessoais e garantidos os direitos fundamentais de liberdade, de intimidade e de privacidade.
  - II. A LGPD aplica-se exclusivamente ao tratamento de dados pessoais realizado por pessoa natural para fins exclusivamente particulares e não econômicos.
  - III. A LGPD aplica-se apenas às pessoas jurídicas, não abrangendo a tutela dos dados pessoais das pessoas físicas.
- A) Todas estão corretas.  
B) Todas estão incorretas.  
C) Apenas I está correta.  
D) Apenas III está correta.  
E) Apenas I e II estão corretas.

**QUESTÃO 19** – Relacione a Coluna 1 à Coluna 2, associando os conceitos apresentados pela Lei Federal nº 8.069/1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente.

**Coluna 01**

- 1. Família natural.
- 2. Família extensa ou ampliada.
- 3. Guarda.
- 4. Adoção.

**Coluna 02**

- ( ) Aquela que se estende para além da unidade pais e filhos ou da unidade do casal, formada por parentes próximos com os quais a criança ou adolescente convive e mantém vínculos de afinidade e afetividade.
- ( ) Destina-se a regularizar a posse de fato, podendo ser deferida, liminar ou incidentalmente, nos procedimentos de tutela e adoção, exceto no de adoção por estrangeiros.
- ( ) Atribui a condição de filho, com os mesmos direitos e deveres, inclusive sucessórios, desligando-o de qualquer vínculo com pais e parentes, salvo os impedimentos matrimoniais.
- ( ) A comunidade formada pelos pais ou qualquer deles e seus descendentes.

A ordem correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é:

- A) 2 – 1 – 3 – 4.
- B) 3 – 4 – 1 – 2.
- C) 1 – 2 – 4 – 3.
- D) 2 – 3 – 4 – 1.
- E) 3 – 1 – 2 – 4.

**QUESTÃO 20** – Graciliano José foi aprovado no concurso do INSS em janeiro de 2020 e nomeado em fevereiro de 2020. De acordo com o que estabelece o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais (Lei nº 8.112/1990) sobre a estabilidade do servidor público, assinale a alternativa correta.

- A) Graciliano José adquirirá estabilidade no serviço público ao completar quatro anos de efetivo exercício.
- B) O servidor público estável poderá ser demitido a critério do seu superior hierárquico.
- C) A estabilidade de Graciliano é adquirida após um ano de efetivo exercício no cargo público.
- D) O servidor estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou de processo administrativo disciplinar no qual lhe seja assegurada ampla defesa.
- E) Para adquirir a estabilidade no serviço público, é necessário realizar uma nova prova para verificação da proatividade.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

**QUESTÃO 21** – Analise as assertivas a seguir a respeito das definições estabelecidas nas normas técnicas pertinentes a respeito da Auditoria Interna:

- I. A atividade da Auditoria Interna tem como finalidade agregar valor ao resultado da organização, oferecendo elementos para o aprimoramento dos controles internos, dos processos e da gestão.
- II. A Auditoria Interna é exercida em pessoas jurídicas de direito privado e de direito público, interno ou externo.
- III. O Auditor Interno goza de total independência em relação à Administração, com vistas à realização dos trabalhos de Auditoria com eficiência, eficácia e consistência quanto aos seus resultados.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I.
- B) Apenas II.
- C) Apenas III.
- D) Apenas I e II.
- E) Apenas I e III.

**QUESTÃO 22** – As entidades sob a jurisdição do Tribunal de Contas da União (TCU) se submetem a dois tipos principais de auditoria, que são as Auditorias Operacionais e as Auditorias de Regularidade. Estas últimas, que examinam a legitimidade e a legalidade dos atos de gestão no que se refere aos aspectos orçamentário, financeiro, contábil e patrimonial, compõem, segundo normas do próprio TCU, outros dois tipos de auditoria, que são:

- A) Auditorias Contábeis e Auditorias de Sistemas.
- B) Auditorias de Conformidade e Auditorias Contábeis.
- C) Auditorias de Conformidade e Auditorias de Gestão.
- D) Auditorias de Gestão e Auditorias Contábeis.
- E) Auditorias Operacionais e Auditorias de Sistemas.

**QUESTÃO 23** – Analise as assertivas a seguir a respeito dos processos do planejamento dos trabalhos de auditoria das demonstrações contábeis:

- I. A cobertura da auditoria prevista, inclusive o número e a localização de componentes a serem incluídos é um exemplo de tema que o auditor deve considerar na definição da estratégia global de auditoria.
- II. Durante os procedimentos de auditoria, o auditor pode modificar o plano de auditoria e, portanto, a extensão dos procedimentos adicionais de auditoria planejados, mas não pode modificar a estratégia global de auditoria.
- III. Para orientar o desenvolvimento do plano de auditoria, o auditor deve estabelecer uma estratégia global que defina o alcance, a época e a direção da auditoria.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I.
- B) Apenas II.
- C) Apenas III.
- D) Apenas I e II.
- E) Apenas I e III.



**QUESTÃO 24** – Os papéis de trabalho classificam-se em permanente e corrente. De acordo com o Manual de Orientações Técnicas da Atividade de Auditoria Interna Governamental do Poder Executivo Federal, constitui um exemplo de papel de trabalho permanente:

- A) Documentos de planejamento.
- B) Evidências dos achados de auditoria.
- C) Informação acerca da amostra e do percentual de cobertura dos exames.
- D) Registros dos itens dos testes de auditoria realizados e das análises e conclusões obtidas.
- E) Relatórios de auditoria de exercícios anteriores.

**QUESTÃO 25** – Entre os procedimentos de auditoria previstos nas normas técnicas emanadas do Conselho Federal de Contabilidade, tem aquele destinado a aferir a eficiência e eficácia dos controles internos, ou seja, a efetividade operacional dos controles quanto à sua missão de prevenir ou detectar e corrigir distorções relevantes no nível de afirmações. Esse é o que se denomina:

- A) Avaliação de Riscos.
- B) Procedimento Substantivo.
- C) Procedimentos Analíticos.
- D) Teste de Controle.
- E) Teste de Detalhes.

**QUESTÃO 26** – Em relação à responsabilidade do auditor independente de aplicar o conceito de materialidade na auditoria das demonstrações contábeis, é correto afirmar que:

- A) A determinação de materialidade pelo auditor é uma questão de julgamento profissional e é afetada pela percepção do auditor das necessidades de informações financeiras dos usuários das demonstrações contábeis.
- B) Aplica-se o conceito de materialidade na avaliação do efeito de distorções não corrigidas sobre as demonstrações contábeis, mas não na formação da opinião no relatório do auditor, que deve considerar todas as distorções independentemente da materialidade.
- C) O conceito de materialidade sempre deve ser aplicado pelo auditor no momento do planejamento, nunca na execução da auditoria.
- D) Somente se aplica o conceito de materialidade se os valores sob análise, em conjunto, forem superiores a 20% do montante da despesa, ou do patrimônio líquido se este for menor que aquela.
- E) Somente se aplica o conceito de materialidade se os valores sob análise, individualmente, forem superiores a 10% do montante da despesa, ou do patrimônio líquido se este for menor que aquela.

**QUESTÃO 27** – A possibilidade de insucesso do auditor ao emitir uma opinião sobre as demonstrações contábeis, ou seja, o perigo a que está sujeito o auditor de errar em sua opinião a respeito das demonstrações contábeis, quando elas contiverem distorções relevantes, é o que as normas técnicas (NBC TA 200 (R1)), denominam de risco:

- A) De Auditoria.
- B) De Controle.
- C) De Detecção.
- D) De Distorção Relevante.
- E) Inerente.

**QUESTÃO 28** – O Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal compreende as atividades de avaliação do cumprimento das metas previstas no plano plurianual, da execução dos programas de governo e dos orçamentos da União e de avaliação da gestão dos administradores públicos federais, utilizando como instrumentos a:

- A) Auditoria e a contabilidade.
- B) Auditoria e a fiscalização.
- C) Contabilidade e a inspeção.
- D) Fiscalização e a contabilidade.
- E) Inspeção e a fiscalização.

**QUESTÃO 29** – Analise as assertivas a seguir levando em conta as definições estabelecidas pela nova Lei de Licitações e Contratos (Lei nº 14.133/2021). Ou seja, para fins da referida lei:

- I. Bens e serviços comuns são aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.
- II. Contratação por tarefa é o regime de contratação de mão de obra para pequenos trabalhos por preço certo, com ou sem fornecimento de materiais.
- III. Contratante é a pessoa física ou jurídica, ou consórcio de pessoas jurídicas, signatária de contrato com a Administração.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I.
- B) Apenas II.
- C) Apenas III.
- D) Apenas I e II.
- E) Apenas I e III.

**QUESTÃO 30** – Em relação às modalidades de licitação, é correto afirmar, nos termos da Lei nº 14.133/2021, que:

- A) A modalidade diálogo competitivo é restrita a contratações em que a Administração vise a contratar objeto que envolva inovação tecnológica.
- B) É vedada a criação de outras modalidades de licitação além daquelas previstas na lei (nº 14.133/2021), mas permitida a combinação de duas ou mais modalidades.
- C) No leilão é exigido registro cadastral prévio, tem uma fase de habilitação e deve ser homologado assim que superada a fase recursal, independentemente do pagamento pelo licitante vencedor.
- D) Nos concursos destinados à elaboração de projeto, o vencedor deverá autorizar uso do mesmo à Administração Pública nos termos do edital, mantendo para si os direitos patrimoniais relativos ao projeto e seu uso.
- E) Quando couber o rito do pregão e da concorrência, o pregão deve ser adotado sempre que o objeto possuir padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

**QUESTÃO 31** – Os contratos celebrados em caso de urgência, mediante contratação direta, terão eficácia a partir de sua \_\_\_\_\_ e devem ser publicados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) no prazo de \_\_\_\_\_ dias úteis, contados da data da sua assinatura, sob pena de nulidade.

Assinale a alternativa que preenche, correta e respectivamente, as lacunas do trecho acima.

- A) assinatura – dez
- B) assinatura – vinte
- C) publicação – dez
- D) publicação – trinta
- E) publicação – vinte

**QUESTÃO 32** – No âmbito da administração pública federal, os responsáveis por controle interno, assim que tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, de acordo com o que estabelece a Constituição Federal, devem, sob pena de responsabilidade solidária, levar o fato ao conhecimento do(a):

- A) Advocacia-Geral da União.
- B) Ministério Público Federal.
- C) Polícia Federal.
- D) Tribunal de Contas da União.
- E) Tribunal Superior Eleitoral.

**QUESTÃO 33** – Analise as assertivas a seguir, a respeito das dispensas e inexigibilidades de licitação, de acordo com a Lei nº 14.133/2021:

- I. É dispensável a licitação nas situações emergenciais, de calamidade pública ou quando for inviável a competição.
- II. É inexigível a licitação para a compra de bens produzidos no País que envolvam, cumulativamente, alta complexidade tecnológica e defesa nacional.
- III. É inexigível a licitação para a contratação direta de profissional do setor artístico, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I.
- B) Apenas II.
- C) Apenas III.
- D) Apenas I e II.
- E) Apenas I e III.

**QUESTÃO 34** – Os procedimentos substantivos têm como finalidade verificar a suficiência, a exatidão e a validade dos dados obtidos pela auditoria. São empregados pelo auditor quando é necessário obter evidências suficientes e convincentes sobre as transações, que lhe proporcionem fundamentação para a sua opinião acerca de determinado fato e, segundo as normas técnicas, dividem-se em:

- A) Inspeção e Observação.
- B) Observação e Teste de Controle.
- C) Testes Analíticos Substantivos e Procedimentos Analíticos Substantivos.
- D) Testes de Controle e Testes de Detalhes.
- E) Testes de Detalhes e Procedimentos Analíticos Substantivos.

**QUESTÃO 35** – Os auditores internos governamentais devem considerar diversos aspectos que podem influenciar as evidências, tais como fonte, natureza e circunstâncias em que são obtidas. Considerando isso, o Manual de Orientações Técnicas da Atividade de Auditoria Interna Governamental do Poder Executivo Federal recomenda algumas diretrizes gerais que os auditores internos governamentais podem utilizar. Em consonância com as referidas orientações técnicas, analise as assertivas abaixo, assinalando V, se verdadeiras, ou F, se falsas.

- ( ) Evidência corroborada por informações oriundas de outras fontes tende a ser mais confiável do que aquela que é obtida em uma única fonte.
- ( ) Evidência obtida de terceiros independentes tende a ser menos imparcial do que aquela obtida junto à Unidade Auditada.
- ( ) Evidência obtida diretamente pelo auditor interno tende a ser menos confiável do que evidência obtida indiretamente.
- ( ) Evidência produzida por um processo ou sistema com controles efetivos é mais confiável do que aquela produzida por um processo ou sistema com controles ineficazes.
- ( ) Evidência proporcionada por documentos originais é mais confiável do que a evidência proporcionada por fotocópias.

A ordem correta de preenchimentos dos parênteses, de cima para baixo, é:

- A) F – V – F – V – F.
- B) F – V – V – F – F.
- C) V – F – F – V – V.
- D) V – F – V – F – V.
- E) V – V – F – F – V.

**QUESTÃO 36** – Em trabalhos muito longos ou complexos, é comum surgirem pontos relevantes que exijam solução imediata. Nessas situações, pode ser útil que os auditores elaborem um documento, por meio do qual darão ciência à Unidade Auditada dos problemas verificados antes mesmo do término da auditoria, em etapas, garantindo assim a tempestividade das ações corretivas aplicáveis. Esse documento é o que a CGU denomina de:

- A) Comunicado de Auditoria.
- B) Comunicado Progressivo.
- C) Relatório Preliminar.
- D) Relatório Progressivo.
- E) Relatório Provisório.

**QUESTÃO 37** – O monitoramento consiste na adoção de ações pela Unidade de Auditoria Interna Governamental (UAIG), a fim de verificar se as medidas implementadas pela Unidade Auditada estão de acordo com as recomendações emitidas pela UAIG ou com o plano de ação acordado e se aquelas medidas foram suficientes para solucionar a situação apontada como inadequada frente aos critérios adotados. Em conformidade com o Manual de Orientações Técnicas da Atividade de Auditoria Interna Governamental do Poder Executivo Federal, analise as assertivas a seguir:

- I. A responsabilidade pelo atendimento às recomendações emitidas pelas UAIG compete, em primeiro lugar, aos gestores das Unidades Auditadas.
- II. A supervisão do processo de monitoramento da implantação das recomendações é tarefa indelegável do responsável pela UAIG.
- III. O chefe da equipe de auditoria que realizou os trabalhos na Unidade Auditada é responsável pelo estabelecimento e a manutenção do processo de monitoramento da implementação das recomendações.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I.
- B) Apenas II.
- C) Apenas III.
- D) Apenas I e II.
- E) Apenas I e III.

**QUESTÃO 38** – A Instrução Normativa Conjunta nº 1/2016, do Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão e Controladoria-Geral da União, estabelece que os processos de gestão de riscos dos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal devem observar os Princípios da Gestão de Risco por ela estabelecidos, entre eles, o seguinte:

- A) Adequado suporte de tecnologia da informação para apoiar a implementação dos controles internos da gestão.
- B) Clara definição dos responsáveis pelos diversos controles internos da gestão no âmbito da organização.
- C) Coerência e harmonização da estrutura de competências e reponsabilidades dos diversos níveis de gestão do órgão ou entidade.
- D) Desenvolvimento e implementação de atividades de controle que contribuam para a obtenção de níveis aceitáveis de riscos.
- E) Utilização do mapeamento de riscos para apoio à tomada de decisão e à elaboração do planejamento estratégico.

**QUESTÃO 39** – Através da Instrução Normativa nº 3/2017, a CGU, por meio da Secretaria Federal de Controle Interno, aprovou o Referencial Técnico da Atividade de Auditoria Interna Governamental do Poder Executivo Federal, no qual divulgou um dicionário técnico de observância obrigatória pelos órgãos e unidades que integram o Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal. Um importante vocábulo que integra o referido glossário é o que corresponde à “obrigação dos agentes e das organizações que gerenciam recursos públicos de assumir integralmente as responsabilidades por suas decisões e pela prestação de contas de sua atuação de forma voluntária, inclusive sobre as consequências de seus atos e omissões”. Nesses termos da Portaria temos a definição de:

- A) Accountability.
- B) Moralidade Administrativa.
- C) Prestação de Contas.
- D) Probidade Técnica.
- E) Transparência.

**QUESTÃO 40** – Face às dimensões continentais do nosso país, sua Administração Pública é vasta e complexa. A Controladoria-Geral da União (CGU) tem orientado suas normas no sentido de uniformizar e sistematizar cada vez mais a forma de atuação dos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal quanto à gestão de riscos, aos controles internos, e à governança, inclusive estabelecendo conceitos a serem observados no âmbito referido. Nesse sentido, a CGU, em conjunto com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (IN nº 01/2016) estabeleceu que quaisquer atos ilegais, que não implicam o uso de ameaça de violência ou de força física, caracterizados por desonestidade, dissimulação ou quebra de confiança são denominados de:

- A) Dolo.
- B) Falcatrua.
- C) Fraude.
- D) Improbidade.
- E) Peculato.

**QUESTÃO 41** – O usuário do serviço público tem o direito à adequada prestação dos serviços públicos, como definido na Lei nº 13.460/2017. Todavia, o usuário tem também deveres, como o pagamento pela prestação de determinados serviços, sob pena de desligamento do serviço em caso de inadimplência. A esse respeito, a lei define que:

- I. A taxa de religação do serviço não será devida pelo consumidor se este não for previamente notificado do desligamento.
- II. Deve o consumidor ser comunicado com antecedência mínima de cinco dias úteis de que o serviço será desligado e a data exata do desligamento.
- III. Fica a critério da Administração o estabelecimento do dia e hora do desligamento, que deve ser necessariamente em horário comercial.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I.
- B) Apenas II.
- C) Apenas III.
- D) Apenas I e II.
- E) Apenas I e III.

**QUESTÃO 42** – A Instrução Normativa nº 5/2021, da Controladoria-Geral da União, entre outras disposições, estabelece as normas relativas ao Plano Anual de Auditoria Interna (PAIT). Em relação às referidas normas, é correto afirmar que:

- A) A proposta de PAIT deve ser encaminhada à respectiva unidade de supervisão técnica até o último dia útil do mês de novembro do exercício anterior ao de sua execução.
- B) As Unidades de Auditoria Interna Governamental devem dar publicidade do PAIT no prazo de 90 dias após a aprovação, ressalvadas as informações sigilosas previstas em lei.
- C) As unidades de supervisão técnica devem se manifestar sobre as propostas de PAIT no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias, a contar de seu recebimento.
- D) O PAIT aprovado deve ser encaminhado à respectiva unidade de supervisão técnica até o último dia útil do mês de junho do ano a que se refere.
- E) O PAIT deve ser aprovado pelo conselho de administração ou instância equivalente do órgão ou entidade, ou, na ausência desse, por seu dirigente máximo, antes do mês de fevereiro do exercício a que se refere.

**QUESTÃO 43** – Os cidadãos brasileiros, visando à garantia de seus direitos, podem apresentar manifestações perante a Administração Pública acerca dos serviços prestados pelos órgãos e entidades integrantes da Administração Direta e da Administração Indireta. Em relação a tais manifestações, é correto afirmar que:

- A) A identificação do requerente, se houver, é informação pessoal protegida pela Administração, entretanto não goza da restrição de acesso de que trata a Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011).
- B) A identificação do requerente na manifestação é facultativa, tendo prioridade de atendimento as que contiverem identificação.
- C) A manifestação deve ser encaminhada ao dirigente máximo do órgão ou entidade responsável pela prestação do serviço.
- D) A manifestação poderá ser feita por meio eletrônico, ou correspondência convencional, ou verbalmente, hipótese em que deverá ser reduzida a termo.
- E) Poderá ser recusado o recebimento de manifestações formuladas nos termos da Lei nº 13.460/2017, caso o requerente não esteja em dia com a Justiça Eleitoral ou inscrito em Dívida Ativa.

**QUESTÃO 44** – Analise as assertivas a seguir a respeito dos créditos adicionais:

- I. A vigência dos créditos adicionais suplementares é restrita apenas ao exercício financeiro em que eles forem abertos.
- II. Além de prévia exposição justificativa, os créditos especiais, assim como os suplementares, somente podem ser abertos se houver recursos disponíveis para ocorrer a despesa.
- III. Os créditos adicionais especiais são os destinados a despesas urgentes e imprevistas, em caso de guerra, comoção interna ou calamidade pública.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I.
- B) Apenas II.
- C) Apenas III.
- D) Apenas I e II.
- E) Apenas I e III.

**QUESTÃO 45** – A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA) são de iniciativas do Poder Executivo, que, em nível federal, deve encaminhar anualmente os respectivos projetos de lei ao Congresso Nacional nos seguintes prazos, respectivamente:

- A) 15 de março e 15 de junho.
- B) 31 de março e 30 de junho.
- C) 31 de março e 30 de setembro.
- D) 15 de abril e 31 de agosto.
- E) 30 de junho e 30 de setembro.

**QUESTÃO 46** – Compete ao Tribunal de Contas da União (TCU) realizar inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, nas unidades administrativas dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, incluindo as entidades da administração indireta do Poder Público Federal. De acordo com a Constituição Federal, a iniciativa para a realização de tais trabalhos pode ser de diversas origens, EXCETO:

- A) Da Câmara dos Deputados.
- B) Da Presidência da República.
- C) De Comissão técnica ou de inquérito.
- D) Do próprio TCU.
- E) Do Senado Federal.

**QUESTÃO 47** – A fiscalização contábil das entidades da administração indireta vinculadas ao Poder Executivo Federal, quanto à legalidade e demais aspectos previstos no Art. 70 da Constituição Federal, é exercida pelo sistema de controle interno do Poder Executivo e pelo controle externo. Este último a cargo do(a):

- A) Congresso Nacional.
- B) Controladoria-Geral da União.
- C) Empresa de Auditoria Independente legalmente contratada.
- D) Ministério Público Federal.
- E) Tribunal de Contas da União.

**QUESTÃO 48** – A Lei estabelece que é “vedada a realização de despesa sem prévio empenho”. Todavia, há situações em que, no momento da emissão do empenho, não se conhece o montante exato da despesa. Nesses casos, qual é a solução em termos de procedimento, solução que a própria lei prevê?

- A) Emitir o empenho pelo valor global da despesa correspondente no último mês.
- B) Emitir o empenho pelo valor global da dotação respectiva.
- C) Emitir o empenho por valor estimado da despesa.
- D) Realizar a despesa e, após, emitir o empenho pelo valor pago.
- E) Realizar a despesa sem empenho, que será emitido no encerramento do exercício.

**QUESTÃO 49** – Na contabilidade pública, conforme definição estabelecida pela Lei nº 4.320/1964, como se classificam as dotações orçamentárias destinadas à manutenção de serviços já criados, incluindo aquelas necessárias a obras de conservação dos bens imóveis?

- A) Despesas de Conservação.
- B) Despesas de Custeio.
- C) Despesas de Manutenção.
- D) Inversões Financeiras.
- E) Transferências de Capital.

**QUESTÃO 50** – Os compromissos dos entes públicos cujo prazo para pagamento é superior a doze meses, contratados para a obtenção de recursos destinados à solução de desequilíbrio orçamentário, bem como para o financiamento de determinadas obras ou serviços públicos, recebem da Lei nº 4.320/1964 a denominação de Dívida:

- A) Flutuante.
- B) Fundada.
- C) Mobiliária.
- D) Passiva.
- E) Pública.

**QUESTÃO 51** – Nos termos da Lei nº 4.320/1964, incluindo seus anexos, NÃO consta grupo de contas do balanço patrimonial das entidades públicas regidas por aquela lei com a seguinte denominação:

- A) Ativo Compensado.
- B) Ativo Financeiro.
- C) Passivo Financeiro.
- D) Passivo Permanente.
- E) Patrimônio Líquido.

**QUESTÃO 52** – Analise as assertivas a seguir a respeito das normas que devem observar as autarquias federais na avaliação dos elementos de seu patrimônio em seus balanços patrimoniais:

- I. Os bens classificados como móveis e imóveis não podem ser reavaliados.
- II. Os bens móveis e imóveis devem ser avaliados pelo custo de produção ou construção, ou pelo valor de aquisição.
- III. Os itens que compõem estoque de almoxarifado devem ser avaliados pelo preço de aquisição ou pelo preço de mercado, o que for menor.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I.
- B) Apenas II.
- C) Apenas III.
- D) Apenas I e II.
- E) Apenas I e III.

**QUESTÃO 53** – Em contabilidade pública (Lei nº 4.320/1964), é um exemplo de receita orçamentária:

- A) Caução recebida em dinheiro.
- B) Emissão de papel moeda.
- C) Empréstimo bancário tomado para financiamento de obra pública.
- D) Importância de despesa anulada no exercício em que foi empenhada.
- E) Operação de crédito por antecipação da receita orçamentária.

**QUESTÃO 54** – À luz da legislação vigente, é um exemplo de ato de improbidade administrativa que implica em enriquecimento ilícito, se praticado de forma dolosa e em razão de cargo ou mandato, o seguinte:

- A) Conceder benefício fiscal sem a observância das formalidades regulamentares aplicáveis à espécie.
- B) Facilitar a aquisição, permuta ou locação de bem ou serviço por preço superior ao de mercado.
- C) Incorporar, por qualquer forma, ao seu patrimônio bens integrantes do acervo patrimonial da União.
- D) Influir de qualquer forma para a aplicação irregular de verba pública sem a estrita observância das normas pertinentes.
- E) Permitir a alienação de bem integrante do patrimônio da União por preço inferior ao de mercado.

**QUESTÃO 55** – É dever dos órgãos e entidades públicas promover a divulgação de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas em sítios oficiais da rede mundial de computadores (internet). De acordo com a Lei de Acesso à Informação, deverá constar na referida divulgação, entre outros dados, o seguinte:

- A) Endereço e telefone do responsável pelo órgão ou entidade e de seu substituto na forma da lei.
- B) Montante das despesas correntes e seu percentual em relação à despesa total autorizada e realizada.
- C) Montante das receitas arrecadadas e seu percentual em relação à receita prevista para a Lei do Orçamento Anual.
- D) Registro das competências e estrutura organizacional, endereços e telefones das respectivas unidades e horários de atendimento ao público.
- E) Registro do percentual da despesa com pessoal em relação à receita corrente líquida.



**QUESTÃO 56** – A informação em poder dos órgãos e entidades públicas, observado o seu teor e em razão de sua imprescindibilidade à segurança da sociedade ou do Estado, poderá ser classificada como ultrassecreta, secreta ou reservada. De acordo com a Lei de Acesso à Informação, o prazo máximo de restrição de acesso à informação classificada como ultrassecreta, vigora a partir da data de sua produção e é o seguinte:

- A) 5 anos.
- B) 15 anos.
- C) 25 anos.
- D) 50 anos.
- E) 100 anos.

**QUESTÃO 57** – Analise as assertivas a seguir relativas aos prazos dos processos administrativos no âmbito da Administração Pública Federal:

- I. Considera-se prorrogado o prazo até o primeiro dia útil seguinte se o vencimento cair em dia em que não houver expediente ou este for encerrado antes da hora normal.
- II. Os prazos começam a correr a partir do dia seguinte ao da cientificação oficial, excluindo-se da contagem o dia do começo e o do vencimento.
- III. Os prazos expressos em dias contam-se de modo contínuo.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I.
- B) Apenas II.
- C) Apenas III.
- D) Apenas I e II.
- E) Apenas I e III.

**QUESTÃO 58** – De acordo com a lei que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal direta e indireta, o direito da Administração de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários, inexistindo má-fé, decai em quanto tempo, contado da data em que foram praticados?

- A) Trinta dias.
- B) Doze meses.
- C) Cinco anos.
- D) Dez anos.
- E) Doze anos.

**QUESTÃO 59** – As entidades da administração indireta federal devem estabelecer sistema de gestão de riscos e de controle interno com vistas ao gerenciamento e à análise crítica de riscos da prestação digital de serviços públicos que possam impactar a consecução dos objetivos da organização no cumprimento de sua missão institucional e na proteção dos usuários. Para tanto, a Lei nº 14.129/2021 exige a observância de alguns princípios. Entre os referidos princípios NÃO se inclui:

- A) Estabelecimento de controles internos proporcionais aos riscos, de modo a considerar suas causas, fontes, consequências e impactos, observada a relação custo-benefício.
- B) Instituição e manutenção de uma unidade de auditoria interna responsável pelo monitoramento permanente do sistema de gestão de riscos e de controle interno.
- C) Integração da gestão de riscos ao processo de planejamento estratégico e aos seus desdobramentos, às atividades, aos processos de trabalho e aos projetos em todos os níveis da organização, relevantes para a execução da estratégia e o alcance dos objetivos institucionais.
- D) Proteção às liberdades civis e aos direitos fundamentais.
- E) Utilização dos resultados da gestão de riscos para apoio à melhoria contínua do desempenho e dos processos de governança, de gestão de riscos e de controle.

**QUESTÃO 60** – Nas disposições legais (Lei nº 14.129/2021) sobre princípios, regras e instrumentos para o Governo Digital e para o aumento da eficiência pública encontramos a seguinte definição: “dados acessíveis ao público, representados em meio digital, estruturados em formato aberto, processáveis por máquina, referenciados na internet e disponibilizados sob licença aberta que permita sua livre utilização, consumo ou tratamento por qualquer pessoa, física ou jurídica”. Essa é a definição de dados:

- A) Abertos.
- B) Acessíveis ao Público.
- C) Compartilhados.
- D) Da Transparência Ativa.
- E) Da Transparência Digital.